



Volume 2, Janeiro-março de 2006.

***Olhares sobre a complexidade ambiental:
raízes sociais da venda ilegal de animais***

Simone Simões Fassarella¹

RESUMO

O descaso do ser humano com a natureza vem se intensificando ao longo das últimas décadas; o uso e abuso desenfreado dos recursos naturais têm provocado uma crise ecológica a nível planetário, com desequilíbrios e redução das diversidades animal e vegetal. Esta reflexão busca relacionar a venda ilegal de animais, considerada crime ambiental, às questões de caráter sócio-político e econômico-cultural. A partir de uma visão complexa da realidade, o texto apresenta as origens da chamada crise ecológica e suas implicações na sociedade; traz a complexidade ambiental como possibilidade de se pensar a crise e se buscar o “novo”.

Palavras-chaves: crise ecológica, complexidade ambiental, educação e transformação social.

ABSTRACT

The human's carelessness with nature during the last decades has been brought several bad consequences; the wild use and abuse of natural resources has generated an ecological crisis involving the whole planet, with disequilibrium and reduction of vegetal and animal diversities. The present reflections searches for relations between the illegal commerce of wild animals, an environmental crime, and problems of social, political, economical and cultural characters. From a complex view of reality, this article presents the origins of the so called ecological crisis and its implications to society; it brings the environmental complexity as a possibility to think the crisis and to looking for the “new”.

¹ Assistente Social, Pós-graduada em Serviço Social e Política Social (UnB), Mestranda em Educação Ambiental pela FURG/RS
ssfassarella@yahoo.com.br

Key-words : ecological crisis, environmental complexity, education, social transformation.

No dia 24 de abril de 2005, um jornal televisivo exibiu uma reportagem que tratava sobre a venda ilegal de animais, considerada crime ambiental de acordo com a legislação específica do Ministério do Meio Ambiente. A reportagem foi realizada em uma feira clandestina de animais que acontecia no interior do país e, com uma câmera escondida, o repórter flagrou cenas de maus tratos com animais silvestres presos em gaiolas e caixas de madeira em condições que colocavam em risco a vida das variadas espécies: corujas, macacos, tucanos, araras e outros; a maioria delas consideradas em extinção.

Ao entrevistar alguns dos cambistas o repórter indagou o motivo da venda ilegal; alguns deles, mesmo alegando ter conhecimento da ilegalidade da feira, disseram que aquelas vendas representavam a única alternativa (imediate) para suprir as necessidades financeiras da família; houve um relato no qual o entrevistado disse que, caso fosse necessário, trocava os animais por comida uma vez que deveria retornar a sua casa levando alimento para os filhos.

Após a reportagem, a polícia foi acionada pela equipe do jornal e enquanto percorria a feira, muitos vendedores corriam desesperados na tentativa de esconder os animais por detrás de outras mercadorias ou levá-los embora às pressas consigo; boa parte dos animais capturados foi apreendida pelos policiais. Essa situação se repete nas cidades e muitas vezes foge ao controle fiscal da polícia ambiental por diferentes razões. A reportagem restringiu-se a uma abordagem de cunho ambiental não havendo uma relação do problema com as questões sócio-econômicas vivenciadas no país.

Sabemos que o episódio relatado não se restringe meramente a um problema ambiental; ou seja, trata-se de uma situação complexa que também tem a ver com a crise econômica, política, cultural e social sofrida por uma população que não dispõe de recursos para garantir a satisfação de suas necessidades básicas e por isso busca alternativas para suprir de forma paliativa algum tipo de carência.

Ao refletirmos sobre a questão, consideramos que essa não é a forma adequada de utilização da natureza para o sustento humano; desenvolvemos então alguns questionamentos que servirão para aprofundar as reflexões sobre a temática: a venda da

natureza para a sobrevivência irá garantir a subsistência dessas famílias? Até quando? E o que fazer quando não se tiver a natureza para se vender?

Antes de tentar responder a esses questionamentos e apontar possibilidades para minimizar o problema, é importante que se pense na origem dessa relação de exploração e dominação do ser humano com a natureza partindo de uma visão sistêmica da realidade. Portanto, pensar a problemática ambiental significa dialogar com as demais facetas da sociedade, seja econômica, social, política e cultural.

Um retorno às origens da chamada crise ecológica

O século XVIII, conhecido como o “Século das Luzes” ou “Iluminismo”, trouxe grandes contribuições culturais e intelectuais para a sociedade. Nesse período, o homem se libertou das concepções medievais presentes nas práticas religiosas difundidas pela Igreja. No iluminismo a razão era vista como fundamento central para a dominação do mundo. A exigência de um novo fundamento científico (racional) fez da ciência um instrumento de conquista e controle da natureza e de compreensão do mundo; trouxe a idéia do progresso como garantia de que o homem, com o auxílio da ciência e através da razão, seria capaz de definir o progresso e o desenvolvimento visando construir uma sociedade emancipada com superação das doenças, guerras, ignorância contrapondo-se à barbárie.

A consolidação da modernidade ocorre lentamente através dos séculos e traz toda a idéia de progresso advinda do iluminismo. As descobertas da ciência trouxeram o avanço tecnológico que favoreceu, dentre outros, a cura e controle de doenças, tecnificação da indústria nos setores de telecomunicação, automotivo, elétrico, construção naval, gêneros alimentícios e etc. Intensificam-se as investidas científicas de controle da sociedade sem que haja qualquer preocupação com o desgaste sofrido pelo ecossistema local e global.

Apesar de todo o esforço, a ciência não conseguiu “dar conta do recado”; ao invés de controlar o mundo houve um descontrole em todo o sistema que afetou as relações na sociedade. Habermas (1984) considerou a modernidade um projeto inacabado, incompleto; visava-se utilizar o máximo de conhecimento acumulado para a emancipação humana, porém aconteceu a fragmentação do conhecimento devido a especificidade das áreas que comprometeu a interação das mesmas. Assim também, Harvey (1993, apud Lisboa, 2003)

traz em sua obra “Condição pós- moderna” a concepção de que a lógica da racionalidade iluminista foi se perdendo dando lugar à lógica da dominação e da opressão, além de provocar a chamada crise ecológica mundial cujo foco está nas relações conflituosas entre os seres humanos e destes com a natureza. As conseqüências dessa lógica para a sociedade podem ser visualizadas nos diversos setores da sociedade. Partimos então para uma abordagem social, política, econômica e cultural a fim de compreendermos como se processa essa lógica.

No campo social, a dinâmica do sistema tem reproduzido sujeitos cada vez mais individualistas, insensíveis, indiferentes, anticomunitários, inertes aos acontecimentos coletivos e sem perspectivas de futuro; valores como a solidariedade, igualdade e respeito se perderam no cotidiano. A ética e a moral já não norteiam as relações humanas que se encontram fragilizadas. Importa para o sujeito resolver instantaneamente apenas o seu problema mesmo que para isso tenha de passar por cima de princípios e fazer uso da violência física ou moral contra o próprio ser humano ou agredir o meio que o cerca. Há poucas reflexões sobre as verdadeiras origens dos problemas e a forma de solucioná-los coletivamente; as demandas sociais são repassadas como sendo fixas e “naturais” reforçando a estrutura rígida vigente na sociedade.

No campo político, os direitos do cidadão não estão sendo mais respeitados pelo poder público; o descompromisso dos governos – nas três esferas – em cumprir e garantir os direitos já conquistados e a dificuldade de acesso à informação levou ao “*disempowerment*” pessoal e político que se traduz no conformismo e na passividade ante as problemáticas cotidianas com desarticulação dos movimentos sociais vindo a enfraquecer e esvaziar as diversas instâncias de participação legitimadas. Mance (1991) diz que o sistema ideológico passa a produzir subjetividades, a mobilizar anseios, desejos e outros sentimentos com códigos que atingem o inconsciente das pessoas fazendo com que seu comportamento esteja de acordo com os interesses dominantes. “As pessoas sabem que são exploradas e, até mesmo, compreendem as contradições básicas do capitalismo mas não se mobilizam na transformação do sistema porque sua subjetividade, de certa forma, é induzida a outras aspirações.” (MANCE:2003;p.2)

No plano econômico, a sociedade passou a conviver sob a lógica da dominação via exploração em prol do crescimento econômico que favorece apenas a classe hegemônica. A

disparidade entre a distribuição de renda é visível quando nos deparamos com situações de extrema pobreza nas favelas contrapondo-se a riqueza exacerbada nas áreas nobres. A cultura do consumo desnecessário e desenfreado afeta as relações humanas e as relações destes com o meio ambiente. Segundo Velasco (2003) a concorrência acirrada entre os “donos” do capital, ao mesmo tempo em que mantém e aumenta a produção, o lucro e o consumo acaba por diminuir os níveis salariais dos assalariados – e para esses resta cumprir normas e exigências para ampliação da produtividade como alternativa para se manter no emprego e evitar o desemprego. Essa competição vem afetar também o ecossistema com interferência no processo de regeneração da natureza, pois não há um uso racional e equilibrado dos recursos naturais.

Culturalmente falando, podemos dizer que a sociedade vivencia a ótica do “ter” para “ser”; ou seja, “você é pelo que você tem”. A cultura nacional foi interceptada pela modernização global e passou a ser conduzida e definida pelos grupos hegemônicos que têm em vista atender a padronização do mercado internacional; a cultura virou um produto de mercado. A própria natureza virou um produto que é vendido e usado de forma descontrolada, pois a relação com o meio só interessa a fins de produção, não havendo um cuidado preservador-regenerador. Criou-se uma cultura em que a natureza possui um valor de troca comparado a um objeto qualquer que nos desfazemos dele a qualquer tempo. A relação com a natureza tem sido “descartável” assim como as relações intergeracionais. Por outro lado, as posturas éticas do comportamento humano são sistematicamente desfeitas e substituídas por novas referências impostas na cultura de massas pelas camadas dominantes em contradição aos valores e costumes familiares e sociais da geração anterior.

As problemáticas até aqui apresentadas impulsionaram paulatinamente a desestruturação do sistema que teve como produto a crise do paradigma moderno; a problemática ambiental gerada em nome de um falso progresso precisa ser encarada como uma crise complexa que engloba os demais setores da sociedade. Leff (2003) afirma que a compreensão da complexidade ambiental significa desvelar a história “natural” que viveu atrelada a tecnificação e economização do mundo.

“A problemática ambiental [em sua complexidade] mais que uma crise ecológica, é um questionamento do pensamento e do entendimento da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental

compreendeu o ser, os entes e as coisas; da ciência e da razão tecnológica com as quais a natureza foi dominada e o mundo moderno economizado (...) A crise ecológica atual, pela primeira vez, não é uma mudança natural; é uma transformação da natureza induzida pelas concepções metafísica, filosófica, ética, científica e tecnológica do mundo.” (LEFF:2003:19)

*A crise do paradigma moderno como
possibilidade de se pensar o “novo”*

Retomando as questões apresentadas inicialmente, podemos levantar algumas reflexões que podem nortear alternativas, para minimizar os efeitos dessa crise no paradigma moderno.

Em primeiro lugar, trazemos a idéia de que a venda ilegal de espécies da fauna ou flora, mesmo que momentaneamente consiga alimentar algum ente familiar, não irá garantir a sobrevivência de quem necessita desesperadamente suprir necessidades básicas e não irá resolver o problema da fome, do desemprego, da habitação precária e etc. A garantia dos recursos necessários à qualidade de vida digna depende de ajustes e mudanças na estrutura do sistema, seja social, econômica, política, cultural, ambiental. É preciso investir nas políticas públicas de atendimento à população para que se garanta os mínimos sociais.

Em segundo lugar, consideramos que essa prática ilegal irá persistir enquanto não houver uma mudança cultural que resgate o valor da natureza. O mercado gerou a cultura do uso inadequado dos recursos naturais em nome do consumo e a natureza é vista como geradora de riqueza. O vínculo homem-ecossistema ocorre pelos interesses econômicos, não havendo uma reflexão sobre esse uso inadequado e as conseqüências disso.

Em terceiro lugar, consideramos que a natureza oferece ao ser humano condições de subsistência; a interação do homem com a natureza (re)produz relações sociais –através do trabalho por exemplo- além de propiciar o sustento das gerações. Mas ao mesmo tempo em que a humanidade depende dela para sobreviver assim também a natureza depende do seres humanos para viver; existe aí uma relação recíproca cujos laços precisam ser ajustados. Pensar em mudança no tratamento ao meio ambiente significa (re)pensar as

relações sociais construídas nessa sociedade de consumo que ainda estão fortemente marcadas pela exploração humana e do meio biofísico para aumento do lucro. Os valores precisam ser resgatados tendo a ética como limite e balizadora de nossas ações.

Em último lugar, percebemos que há urgência em na criação de propostas para reverter esta crise do sistema e envolver todos os setores da sociedade; os problemas que aparentemente parecem ser apenas ambientais precisam ser questionados de forma a compartilhar as responsabilidades. Especialmente no caso da venda de animais, podemos dizer que enquanto essa situação for vista como um problema ambiental, assim como foi repassado pela reportagem que em nenhum momento fez relação ao “social”, não poderemos avançar no sentido de superar a crise desse paradigma.

Conforme Loureiro,

“A reflexão da problemática ambiental sem a inter-relação com o contexto social, cultural, histórico, ideológico e econômico resulta na reprodução de uma visão de mundo dualista que dissocia as dimensões social e natural. Assim, a luta pela proteção da natureza sobressai como algo hierarquicamente prioritário sobre a luta por justiça e igualdade social, em vez de serem percebidas como intrinsecamente vinculadas”.

(2004:14)

Aplica-se a esse caso também o que esse mesmo autor diz a respeito da responsabilidade: a aplicação de penas judiciais aos agressores da natureza acaba por depositar a responsabilidade apenas no indivíduo, exigindo-lhe mudanças éticas e comportamentais e que ao mesmo tempo deixa de lado a responsabilidade da estrutura social e do modelo de produção do sistema social vigente. (Loureiro, 2004).

Novos rumos

Na tentativa de concluir, dizemos que não temos e não queremos um modelo padrão a ser seguido; a mudança é um processo dinâmico que depende da interferência de todos os atores sociais. Giddens (1990) adverte que a modernidade traz riscos e oportunidades; logo, podemos avaliar que a crise ecológica traz a possibilidade da criação de um novo paradigma que sirva de base para traçar os limites entre a relação dos seres humanos e

destes com o ecossistema, a qualidade e a quantidade do que se consome, o equilíbrio e distribuição do que é produzido.

Nesse contexto, concordamos com Jacob (1998) quando diz que a educação ambiental, vista como ato de transformação social juntamente com as demais áreas do conhecimento, traz condições para a reconstrução de novos paradigmas diferentes dos atuais na qual a desmistificação da realidade e a atuação política consciente possibilitam uma nova ética que busca garantir a sustentação da vida e do meio. Isto porque a educação ambiental se encontra ligada a processos biossociais através do qual o ser humano adquire costumes, valores, conhecimentos que podem ser mantidos ou modificados no curso da história; seu compromisso social contribui para a mudança do ser humano baseando-se numa nova ética sócio-ambiental onde a razão dá lugar à solidariedade. Essa é a chance da mudança; esse é o tempo!

Bibliografia

- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1990.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Trad. Maria CF. Bittencourt. Campinas, SP: PAPIRUS, 1990
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. RJ: Tempo Brasileiro, 1984.
- JACOB, P. Educação ambiental e cidadania. IN: CASCINO, F et all. **Educação ambiental, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. Secretaria do Estado de Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação; São Paulo, 1998.
- LEFF, E. (Coord.). **A complexidade ambiental**. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.
- LISBOA, T.K. **O que foi a modernidade para entendermos a pós-modernidade**. DSS.PPGSS.Mestrado em Serviço Social. UFSC, 2003.
- LOUREIRO, C.F.B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MANCE, E.A (org.). **Movimento popular e subjetividade: a revolução do cotidiano**. Coleção Cadernos de Textos, Nº 10. CEFURIA, Curitiba, 1991, p.3-19.
- MORIN, E. & LE MOIGNE, J. **A inteligência da complexidade**. Trad. Nurimar Maria Fauci. São Paulo: Petrópolis, 2000, cap.4.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. SP: Brasiliense, 1988.
- SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. In: CALLONI, H. Educação, cultura e resistência: a questão do sujeito a partir do enfoque da pós-modernidade. (Artigo de revisão)
- VELASCO, S.L. **Ética para o século XXI: rumo ao ecomunitarismo**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

